



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 251, DE 27 DE MAIO DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, do Ato n.º 88, de 15 de abril de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 subsequente,

RESOLVE:

Art. 1º- Subdelegar competência ao titular da Diretoria de Administração e Finanças, para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar até o limite de despesa fixado para licitação na modalidade de convite, os seguintes atos:

I – autorizar a abertura de procedimentos licitatórios na modalidade prevista, para fins de locação e fornecimento de bens e serviços destinados ao atendimento das necessidades do Tribunal, observadas as disposições das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02;

II – homologar, anular ou revogar, total ou parcialmente, procedimentos licitatórios;

III – assinar contratos, convênios, acordos, ajustes e termos aditivos, bem como termos de distratos e de rescisões unilaterais, no interesse da Administração;

IV – autorizar a substituição de garantia exigida nos processos licitatórios e nos contratos, e a sua liberação, quando comprovado o cumprimento das obrigações;

V – autorizar prorrogações de prazos.

Art. 2º - É subdelegada ainda, ao Diretor de Administração e Finanças, competência para os seguintes atos:

I – assinar contratos, acordos e ajustes decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação, independentemente do limite de despesa estabelecido no art. 1º, quando tais situações encontrarem ratificadas pela autoridade superior, conforme estabelecido no art. 1º, inciso XXVI do Ato nº 88, de 15 de abril de 2004;

II – desempenhar atribuições de ordenador de despesas, assinando em conjunto com o Coordenador de Orçamento e Finanças, as Relações de Ordens Bancárias e Notas de Empenho;

III – conceder suprimento de fundos e aprovar a respectiva prestação de contas;

IV – reconhecer dívida de exercícios anteriores à vista da apuração em processo específico;

V – autorizar, mediante prévia manifestação das Diretorias de Recursos Humanos e Serviços de Saúde, o pagamento de auxílios e benefícios diversos, inclusive os do PRÓ-SER;

VI – autorizar, mediante prévia manifestação da Diretoria de Recursos Humanos, o ressarcimento de remuneração de servidores requisitados;

VII – conceder passagem e autorizar o transporte de bagagem aos servidores e magistrados, após instrução da Diretoria de Recursos Humanos;

VIII – autorizar a cobrança de multas de trânsito, cometidas por servidor;

IX – autorizar ressarcimentos diversos, mediante manifestação conclusiva da área correspondente;

X – aplicar penalidades a fornecedores e prestadores de serviço, ressalvada aquelas previstas no art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/93;

XI – decidir, em grau de recurso, as questões suscitadas nos processos licitatórios originários de sua competência estabelecida no art. 1º, inciso I, desta Portaria e nas contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação;

XII – designar representante da Administração para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

XIII – designar comissão de recebimento de material, obras e serviços conforme as exigências dos arts. 15, § 8º e 73 da Lei 8.666/93;

XIV – designar comissão para alienação e desfazimento de documentos bibliográficos.

Art. 3º Sempre que julgar necessário, o Diretor-Geral praticará os atos previstos nesta Portaria.

Art. 4º Ficam convalidados todos os atos praticados pelo Diretor de Administração e Finanças a partir da vigência do Ato n.º 88, de 15 de abril de 2004 até a publicação da presente Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DION DE MELO TELES